

Alunos da UVV visitam a JFES que receberá, na próxima semana, a Faculdade São Geraldo

Na última terça-feira, 25, um grupo de alunos do 8º período de Direito da UVV participou do projeto 'Justiça Federal, muito prazer', que visa aproximar o Poder Judiciário federal da sociedade. Acompanhados do coordenador do Núcleo de Prática Jurídica (Nuprajur) da universidade, professor Wander Luis Wandekoeken, os alunos receberam informações sobre a competência, a jurisdição, a divisão judiciária e administrativa da JFES, e também conheceram um pouco de nossa história.



O diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, conversou com os alunos e o professor e explicou a diferença entre a função de diretor do foro na Justiça Federal e na Justiça Estadual.

"Nós somos uma unidade, chamada no Direito Administrativo, desconcentrada, ou seja, a Seção Judiciária do Espírito Santo é uma unidade orçamentária, administrativa e financeira. Nós guardamos uma independência. Nós fazemos o nosso próprio orçamento, mandamos para o tribunal, o tribunal manda para o Conselho da Justiça Federal, e ele é consolidado pelo Poder Executivo e encaminhado para o Congresso Nacional. Uma vez aprovado, esse orçamento é da Seção Judiciária. Então o diretor do foro aqui é um ordenador de despesa, em primeiro lugar. Todo o pagamento dos servidores, dos juízes e dos terceirizados é feito pela Direção do Foro da Seção Judiciária. A administração de todos os prédios é feita pela Seção Judiciária. Todas as compras são feitas pela Seção Judiciária. Tudo é comprado com o orçamento da Seção Judiciária", explicou.

O diretor do foro aqui é um ordenador de despesa, em primeiro lugar. Todo o pagamento dos servidores, dos juízes e dos terceirizados é feito pela Direção do Foro da Seção Judiciária. A administração de todos os prédios é feita pela Seção Judiciária. Todas as compras são feitas pela Seção Judiciária. Tudo é comprado com o orçamento da Seção Judiciária", explicou.

Ferramenta de gestão

Ao falar sobre o programa de virtualização de todo o acervo processual da JFES, o diretor do foro afirmou que o projeto não visa apenas "digitalizar processos". "Hoje, um juiz pode acessar um processo que é distribuído para ele, em qualquer lugar em que estiver e não apenas na Seção". "Isso também vale para o advogado. Agora imaginem a ferramenta de gestão que isso representa tanto para o advogado quanto para o juiz".

O magistrado ressaltou que esse projeto é da Seção Judiciária do Espírito Santo, que já concluiu toda a digitalização do acervo de processos da capital, das Subseções Judiciárias do Norte do Estado, restando apenas Cachoeiro de Itapemirim. Para o diretor do foro, isso representa que as metas poderão ser cumpridas de "uma forma muito mais rápida, muito mais eficaz e também muito mais eficiente". A fase agora é de "estabilização", concluiu, agradecendo a todos pela visita.



Palestrantes

Os alunos foram recebidos pela equipe do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS), coordenador do projeto, que conta ainda com o apoio do Núcleo de Distribuição (NDI), do Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP), do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), do Núcleo de Segurança e Transporte (NST), do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM), através da Seção de Serviços Gerais (Seseg), do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), com a Telemática, e das Varas Federais, onde são realizadas as visitas presenciais e demonstrada a tramitação dos processos eletrônicos.

Participaram desta visita como palestrantes, a diretora do NDI, Ana Carla Marques dos Santos Belmiro, e o diretor de secretaria em exercício do 2º Juizado Especial Federal de Vitória, Thiagus Coelho Freitas. Os alunos também receberam orientações sobre o uso e o acervo da biblioteca “Juiz Federal Oswaldo Horta Aguirre” do servidor da Sedod/NAJ, Enyldo Carvalhinho Filho.

Próximas visitas

No dia dois de abril, a JFES receberá alunos da Faculdade São Geraldo, e, em maio, outra turma da Faculdade Estácio de Sá, só que dessa vez de Vila Velha.

Os agendamentos das visitas dentro do projeto “Justiça Federal, muito prazer” devem ser feitos pelo e-mail ncs@jfes.jus.br.

ASJs participam do curso “Qualidade no Atendimento ao Público”

Os agentes de segurança da Justiça Federal capixaba participaram, no dia 21/03, da primeira turma do curso de “Qualidade no Atendimento ao Público”. Ministrado pelo supervisor da Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Estágio (Sedpe/NGP), Ronnie Francis Rangel Mariano, o curso apresenta técnicas e comportamentos que podem contribuir para aperfeiçoar o atendimento aos públicos interno e externo desta Seccional.

Prestar um atendimento mais eficiente, mais ágil e com maior clareza da informação prestada, conscientizar ainda mais os servidores sobre a importância do atendimento ao público e da satisfação desse público com esse atendimento, e aumentar a confiança do servidor para prestar a informação são alguns dos objetivos do treinamento.

Os participantes do curso estarão aptos, ao final da capacitação, a contribuir para a construção de uma boa imagem do serviço público e a assumir uma atitude comprometida e responsável no atendimento, esclarecer as dúvidas que ocorrem nas principais situações de atendimento, etc. O curso terá ainda mais duas turmas, nos dias 27 e 28 de março.



2ª TR/ES realiza segunda sessão do ano

A 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo realizou, na tarde da última (27), sua segunda sessão neste ano. Na sessão foram julgados 324 processos pelo colegiado, formado pelos juízes federais Marcella Maria Carvalho Siqueira, Gustavo Arruda Macedo e Aline Alves de Melo Miranda Araújo.

As sessões das Turmas Recursais do Espírito Santo são abertas ao público e acontecem na Sala de Sessões localizada no 4º andar da sede da Justiça Federal, em Vitória.



Coordenador de cursos da JFES analisa as ações que capacitaram 358 servidores do órgão em 2013

A Justiça Federal do Espírito Santo capacitou, através da Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Estágio (Sedpe) do Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP), 358 servidores em 2013. Esse levantamento obedece ao critério de controle do TRF da 2ª Região de contar o servidor uma única vez por ano como treinado, mesmo que este servidor tenha feito mais de uma capacitação no período.

Ao todo, foram realizados 38 eventos de capacitação internos em nossa Seccional e 33 eventos de capacitação externa, além de eventos pontuais, como o 3º Seminário de Filosofia & Direito, realizado em setembro de 2013, pela Direção do Foro da JFES, cuja abertura contou com conferência do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski. Além desse evento, também foi realizada palestra motivacional sobre realização no trabalho, ministrada pelo procurador-chefe da União no Espírito Santo, Geronimo Theml de Macedo, por ocasião do 'Mês do Servidor', em outubro do mesmo ano.

Vinte e três servidores da JFES também participaram de cursos como instrutores, ministrando 21 eventos de capacitação durante o ano.

Devido a problemas técnicos com o portal de Ensino a Distância (EAD), foram realizados somente dois treinamentos no segundo semestre de 2013 pelo sistema.

Avaliação

Na avaliação do coordenador de cursos da Seccional, juiz federal Alceu Mauricio Junior, "sucesso é a palavra que pode definir os resultados dos programas de capacitação promovidos pela SJES em 2013. Encarando o desafio de promover a contínua preparação profissional e humana de seus servidores e magistrados em um ambiente de constantes e rápidas transformações sociais e tecnológicas, as ações de capacitação da SJES alcançaram resultados relevantes em quantidade de pessoas beneficiadas e diversidade de temas abordados".

O magistrado destacou ainda a variedade na "oferta de cursos e treinamentos voltados à área-fim e aos setores administrativos", além do "grande aumento dos investimentos em eventos externos" e da "realização do 3º Seminário de Filosofia e Direito, com a presença do ministro Ricardo Lewandowsky, do STF".

Talento

"Para 2014, esperamos ampliar os resultados alcançados no ano passado, oferecendo maiores oportunidades de capacitação através da plataforma de ensino à distância (EAD) e incentivando a realização de cursos de pós-graduação por servidores e magistrados. Para alcançar esses objetivos, contamos com a parceria do CJF, do TRF da 2ª Região e da SJRJ, mas principalmente com o talento e a dedicação dos próprios servidores e magistrados desta Seção Judiciária", afirmou o coordenador.

Programa de capacitação da 2ª Região tem início com aula inaugural do des. fed. Guilherme Calmon

No dia 20 de março foi realizada a aula inaugural da Programação Regional de Capacitação e Desenvolvimento do TRF da 2ª Região. O evento aconteceu no auditório do Tribunal, no Rio de Janeiro, e foi transmitido por videoconferência para todas as subseções da Seccional capixaba.

O presidente do TRF2, desembargador federal Sergio Schwaitzer, o diretor do foro da SJRJ, juiz federal Carlos Guilherme Francovich Lugones, e, representando a Direção do Foro da SJES, a juíza federal Cristiane Conde Chmatalik participaram da abertura do evento que contou com palestra do diretor geral da Emarf e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, desembargador federal Guilherme Calmon, que falou sobre “A importância da Capacitação de Servidores e Magistrados em Prol do Judiciário”.

Inicialmente, o desembargador traçou um panorama com as leis que regem a capacitação de juízes e servidores no âmbito do Poder Judiciário, citou os avanços trazidos pelas Escolas da Magistratura, além da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Multidisciplinar

O magistrado elencou os principais desafios hoje dos magistrados: a necessidade de formação continuada e multidisciplinar e a adoção de boas práticas, mesclando os critérios de eficiência e eficácia. Ter uma “visão próxima à realidade dos fatos” também é importante para o juiz, assim como “conhecer a realidade” de pessoas que estão encarceradas em unidades do sistema prisional, como a que ele acabara de visitar naquela tarde.

Apesar de ressaltar, em diversas ocasiões, quão melhor é a realidade da capacitação na Justiça Federal em relação às outras Justças, o magistrado disse que “isso não significa que temos que nos acomodar”. “A Justiça Federal está anos luz à frente dos outros órgãos do Poder Judiciário. Estamos muito avançados. E isso redundará em resultados concretos, que realmente acabam por pacificar os conflitos. Logicamente ainda temos que avançar muito”.

O trabalho de capacitação de juízes e servidores na Justiça Federal, observou ele, já vinha sendo feito antes de 2004, pelo Conselho da Justiça Federal. No entanto, admitiu o desembargador o “quão difícil é o trabalho de capacitação para termos um sistema de justiça que funcione melhor”.

Guilherme Calmon atualmente é presidente da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ e coordenou a elaboração, com representantes de todas as Justças, de minuta de resolução para aprofundar questões relativas à capacitação e formação dos servidores. Concluído, o trabalho foi apresentado no I Encontro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário, realizado em novembro de 2013. O texto final deverá ser submetido ainda neste semestre ao Plenário do CNJ.

Frutos

Para o desembargador, que também acumula a função de diretor da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), a visão institucional do TRF2 só tende a render frutos à Justiça Federal como um todo e à 2ª Região. Ele lembrou que a Emarf vem se destacando no cenário nacional pela qualidade e pela quantidade de cursos credenciados junto à Enfam. “Isso leva a Justiça Federal a prestar uma jurisdição cada vez melhor”, a dar uma “resposta ao jurisdicionados mais rápida”, aludiu.

“A capacitação (é importante) para vivenciarmos uma realidade do sistema de justiça muito melhor”, disse, afirmando que também o CNJ tem essa convicção. “Esperamos conseguir avançar para que possamos chegar no momento ideal: uma jurisdição mais célere, mais qualitativa, cumprindo nossa missão”, concluiu.

43 novos títulos no acervo da Biblioteca da JFES

- ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. XXII, 320 p.
- AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental**: esquematizado. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013. 943 p.
- ANDRADE, Flávia Cristina Moura de; PAVIONE, Lucas dos Santos (Org.). **Magistratura federal**: questões comentadas do concurso de juiz federal. Colaboração de Adriano Cesar Kökeny. Salvador: JusPODIVM, 2011. 1744 p.
- ÁVILA, Humberto. **Sistema constitucional tributário**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 687 p.
- BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Lavagem de dinheiro**: aspectos penais e processuais penais: comentários à Lei 9.613/1998 com as alterações da Lei 12.683/2012. Prefácio Maria Thereza Rocha de Assis Moura. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 398 p.
- BARROS, Marco Antonio de. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas**: com comentários, artigo por artigo, à Lei 9.163/98. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 478 p.
- BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor**: esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2013. 683 p. (Coleção esquematizado).
- CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 38. ed. rev. e atual. por Eduardo Carrion. São Paulo: Saraiva, 2013. 1678 p.
- CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; CERQUEIRA, Camila Albuquerque. **Direito eleitoral**: esquematizado. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção esquematizado).
- DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal**: parte geral. Colaboração de Alexandre Knopfholz e Gustavo Britta Scandelari. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 942 p.
- ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal esquematizado**: parte geral. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 744 p. (Coleção esquematizado).
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de recursos humanos**: legislação selecionada e organizada com jurisprudência, notas e índices. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 1988 p. (Coleção Jacoby de direito público).
- FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito econômico para concursos**. Salvador: JusPODIVM, 2011. 336 p.
- GOMES, Luiz Flávio Gomes; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Comentários à Convenção americana sobre direitos humanos**: Pacto de San José da Costa Rica. 4. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 461 p.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil 1**: esquematizado. Apresentação Pedro Lenza. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 3 v. (Coleção esquematizado).
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil 2**: esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2013. 832. (Coleção esquematizado). 3 v.
- GORAIEB, Elizabeth. **Tribunal penal internacional**: trajetórias legais em busca da justiça. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012. 579 p.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo (Coord.). **Direito processual coletivo e o anteprojeto de código brasileiro de processos coletivos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 464 p.
- INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. Comissão Permanente de Direito Penal. **Anteprojeto de código de processo penal desenvolvido pela Comissão Permanente de Direito Penal do Instituto dos Advogados Brasileiros**. Organizador João Carlos Castelar. Rio de Janeiro: PoD Ed., 2011. 214 p.
- KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 447 p.
- LAMENZA, Francismar. **Estatuto da criança e do adolescente**: interpretado artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Organização Antônio Cláudio da Costa Machado. São Paulo: Manole, 2012. 444 p.
- LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. **Pareceres**. São Paulo: Singular, 2004. 2 v.
- LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 10. ed., 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2013. 1394 p.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 5.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 542 p.

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 1966 p.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Comentários ao código tributário nacional**. Colaboradores Aires F. Barreto...[et al.]. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 2 v.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. XI, 318 p.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Leis civis comentadas**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 1405 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 10. ed. rev., atual. e ampl., 2. tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 1116 p.

OLIVEIRA, Celso Marcelo. **Código de processo civil comentado: doutrina, legislação e prática forense**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2009. 2 v.

PACHECO, José da Silva. **Comentários ao código brasileiro de aeronáutica: de acordo com as leis n. 7.567, de 19.12.1986 e n. 11.182, de 27.09.2005**. 4. ed. rev. e atual., Rio de Janeiro: Forense, 2006. 638 p.

PICORELLI, Fernanda Estevão. **A qualidade da administração judiciária e a governança como propulsores da efetividade da prestação jurisdicional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 268 p.

PIMENTA, Matusálem Gonçalves. **Processo marítimo: formalidades e tramitação**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Manole, 2013. XXI, 179 p.

PINTO, Ana Paula Gomes. **Revalidação de patentes**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. XXII; 191 p.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito processual penal: esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 709 p. (Coleção esquematizado).

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental: esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2013. 677. (Coleção esquematizado).

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia: esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2013. 895 p. (Coleção esquematizado).

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário: esquematizado**. Colaboração de Rodrigo Callejon. 3. ed. de acordo com a lei n. 12.618/2012. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção esquematizado).

SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **A legitimidade do indivíduo nas ações coletivas**. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2013. 287 p.

TAVARES, André Ramos. **Manual do poder judiciário brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012. 415 p.

TUTIKIAN, Priscila David Sansone. **O silêncio na formação dos contratos: proposta, aceitação e elementos da declaração negocial**. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2009. 150 p.

VALERO, Luiz Martins. **Regulamento do imposto de renda 1999: anotado e comentado**. 16. ed. São Paulo: FISCO Soft, 2013. 2 v.

Essas e outras 7 mil obras estão disponíveis para consulta, inclusive do público externo, na Biblioteca da Justiça Federal do Espírito Santo, localizada no oitavo andar da sede do órgão (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória).

TRF2 altera horários de funcionamento e atendimento da SJES nos jogos do Brasil na Copa do Mundo

O presidente do TRF da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, definiu o horário de funcionamento do Tribunal e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo durante a Copa do Mundo deste ano.

Na cidade do Rio de Janeiro, o expediente será suspenso nos dias 18 e 25 de junho e no dia 04 de julho.

No Espírito Santo, o expediente será alterado nos dias em que joga a Seleção Brasileira na primeira fase do mundial. Veja como será o expediente no nosso Estado:



Dias	Início do Expediente	Término do Expediente	Horário de Atendimento ao Público
12/06 e 23/06	9 horas	15 horas	entre as 10 e às 13 horas
17/06	9 horas	14 horas	entre as 10 e às 13 horas

Os prazos processuais que venceriam nas datas mencionadas ficam prorrogados até o primeiro dia útil subsequente. (PORTARIA Nº TRF2-PTP-2014/00108 de 19 de março de 2014, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região em 27/03/2014.)

Plenário do TRF2 realiza cerimônia em comemoração aos 25 anos de instalação da Corte

O Plenário do TRF2 realizou na tarde do dia 26 de março solenidade para comemorar, “meritoriamente”, 25 anos de sua instalação. O advérbio foi usado na abertura do evento pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Sergio Schwaitzer, que justificou seu entusiasmo afirmando que a criação deste e de mais quatro congêneres regionais garantiu melhor acesso do cidadão à segunda instância da Justiça Federal. Tentativas para distribuir as Cortes recursais, explicou o magistrado, já vinham sendo feitas desde 1921, mas só se consolidaram com a Constituição de 1988: “Outra razão para estarmos celebrando este marco de 25 anos é que ele representa o resultado de um esforço coletivo, não apenas dos seus primeiros membros, mas de todos os que os seguiram. Até a presente data, 57 desembargadores já tomaram posse e cada um deles contribuiu para a consolidação do entendimento jurisprudencial para a 2ª Região”, lembrou o desembargador.



A solenidade foi prestigiada por autoridades e servidores. Além de Sergio Schwaitzer, compuseram a mesa o corregedor geral da Justiça Federal, ministro Arnaldo Lima, o presidente do TRT da 1ª Região (RJ), desembargador federal Carlos Alberto Araújo Drummond, e o desembargador federal aposentado Paulo Barata, coordenador do Programa TRF2 – 25 Anos, que, logo após a fala do presidente, fez uma apresentação dos projetos que integram a iniciativa.

Paulo Barata recordou os primeiros anos de atuação da Corte, destacando o empenho dos servidores e a amizade que se formou entre os juízes que formaram a sua primeira composição: “O Plenário era uma sala apertada. Mal cabiam os 14 magistrados que então o compunham. Mas era início de um processo de conhecimento pessoal e de ideias. As amizades que ali se formaram perduram até hoje. Nós vivemos juntos as agruras e alegrias dos primeiros anos”.

O desembargador esclareceu que os objetivos do Programa TRF2- 25 anos são os de “celebrar a data comemorativa, bem como resgatar a memória da instituição e sua importância no contexto do Poder Judiciário Federal”. Os projetos incluem o lançamento de um site, de dois livros, de um seminário científico, de uma exposição, de um selo postal personalizado, de um logotipo, de bôtons para homenagear os magistrados e servidores “pioneiros” e de vídeos. Mas o projeto principal tem sido a realização do registro da memória oral desses personagens, através de entrevistas gravadas.

Ainda na ocasião, o Plenário do TRF2 efetuou a entrega de bôtons e placas comemorativas ao ministro Arnaldo Lima, ao próprio Paulo Barata, às desembargadoras federais Maria Helena Cisne e Cláudia Neiva, representando os atuais integrantes da Corte, aos desembargadores federais aposentados Agustinho Fernandes, Julieta Lídia Lunz, Valmir Peçanha, Frederico Gueiros, Sergio D’Andrea, Tania Heine e Clélio Erthal e à esposa do desembargador federal Chalu Barbosa, sra. Martha Chalu Barbosa. Também receberam a homenagem familiares dos desembargadores federais falecidos Celso Passos, Romário Rangel e Ney Valadares, respectivamente, as sras. Marilda de Melo Rezende Passos, Cláudia Patrícia Felisberto Rangel e Abgail Valadares.

Em seguida, as comendas foram conferidas à desembargadora federal aposentada Liliane Roriz, aos servidores aposentados Eduardo Machado dos Santos, Armando Lima, que atuaram no TRF2 desde a sua instalação, e à funcionária terceirizada Maria da Penha Narciso, que trabalha na casa desde 1989. Por fim, os bôtons foram entregues aos servidores ainda em atividade Rosemary Tavares, Lenora Schwaitzer, Adilson Faria, Dely Derze, Regina Marçal e Cláudia Simões, todos empossados há 25 anos.

Fórum da Copa pedirá informações aos TRFs*

O Fórum Nacional de Coordenação das Ações do Poder Judiciário para a Copa do Mundo Fifa 2014 encaminhará ainda nesta semana aos presidentes e corregedores dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) um ofício pedindo informações sobre os preparativos de cada tribunal para atuação durante a Copa do Mundo. O ofício será assinado pelo presidente do Fórum da Copa, conselheiro Paulo Teixeira.

A decisão foi tomada nesta terça-feira (25/3), em reunião realizada na sede do CNJ, em Brasília/DF, entre o Fórum da Copa, representantes da Justiça Federal e da Defensoria Pública da União. “Teremos um grande fluxo de estrangeiros no País, chegando por todas as fronteiras. Além disso, o evento terá o envolvimento direto de autoridades federais. Então, qualquer tipo de incidente que ocorra relacionado a essas autoridades e aos atos que elas praticam é de competência da Justiça Federal”, explicou o juiz do TRF da 1ª Região e coordenador do subgrupo da Justiça Federal no Fórum da Copa, Alexandre Vidigal.

Segundo Vidigal, a Justiça Federal pode vir a ter aumento no número de demandas nesse período, por isso é importante que os tribunais se preparem de forma antecipada. Entre os fatos que podem gerar demandas à Justiça Federal nesse período, ele cita, por exemplo, o impedimento para entrada de determinada mercadoria, bagagem ou pessoa no País, no que diz respeito às matérias cíveis e ao contrabando, ao uso de moeda ou documento falso e aos crimes em aeronaves ou navios, no que diz respeito aos temas de natureza criminal.

“Teremos um cenário que poderá implicar uma realidade diferenciada para o nosso trabalho”, disse. De acordo com o magistrado, ainda não há entre os TRFs uma posição única nas condutas a serem tomadas em preparação à Copa. “Essas condutas têm sido esparsas”, afirmou.

A ideia, segundo o conselheiro Paulo Teixeira, é fazer um levantamento das ações que estão sendo preparadas por cada tribunal, detectar carências, buscar soluções conjuntas e promover a interligação entre os tribunais e os órgãos que atuam em áreas relacionadas à competência da Justiça Federal. “Com essa resposta, vamos tentar construir, naquilo que ainda não foi implantado, soluções conjuntas para que tenhamos uma leitura e uma postura só em todos os tribunais”, afirmou o conselheiro.

Em um segundo momento, o Fórum deverá se reunir com integrantes do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Receita Federal e da Defensoria Pública da União para conhecer as ações que estão sendo feitas por esses órgãos e aprimorar o fluxo de comunicação entre eles e o Poder Judiciário. “O importante é que haja essa comunicação entre todos”, disse o conselheiro.

**Tatiane Freire
Agência CNJ de Notícias*

Entrega de propostas para a I Jornada do Fórum Nacional da Saúde tem novo prazo*

Foi prorrogado para o dia 22 de abril o prazo para o envio de propostas de enunciados na área da saúde que serão discutidas na I Jornada do Fórum Nacional da Saúde. O evento é organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e será realizado em São Paulo/SP, nos dias 14 a 16 de maio. O prazo de encaminhamento terminaria no dia 31 de março. O objetivo da I Jornada é aprovar, publicar e divulgar interpretações de matérias relacionadas ao direito à saúde para auxiliar magistrados no julgamento de questões ligadas ao tema.

As propostas de enunciados serão organizadas em três grandes temas: biodireito, saúde pública e saúde suplementar. A Comissão Científica do evento selecionará as sugestões que serão levadas a debate durante a jornada.

As sugestões podem ser encaminhadas para o e-mail jornadasaude@cnj.jus.br, com o assunto Enunciado Saúde/CNJ. Acesse aqui para mais informações.

**Agência CNJ de Notícias*

Alterada recomendação sobre acessibilidade nos tribunais*

A Recomendação n. 27, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2009, para incentivar os tribunais brasileiros a adotarem medidas para ampliar o acesso das pessoas portadoras de deficiência às unidades do Poder Judiciário, foi alterada pelo Plenário na última sessão ordinária, realizada em 11 de março. A mudança foi sugerida pelo presidente do órgão, ministro Joaquim Barbosa, e é bem pontual: visa à adequação dos púlpitos destinados à sustentação oral e pronunciamentos.

A alteração, contida na nova Recomendação, de número 48, foi aprovada pelos conselheiros por unanimidade. Ela alterou a alínea "a" da Recomendação n. 27, que trata das medidas possíveis para garantir a acessibilidade nos fóruns e demais unidades da Justiça. O dispositivo sugere às cortes, por exemplo, a construção ou reforma de rampas, a instalação de elevadores, a reserva de vagas em estacionamentos, a instalação de piso tátil direcional e de alerta, a implantação de sinalização sonora para pessoas com deficiência visual e de sinalizações visuais acessíveis para atender aqueles que sofrem de deficiência auditiva, assim como a adaptação de todo o mobiliário – o que inclui os púlpitos.

A recomendação visa também conscientizar servidores e jurisdicionados sobre a importância da acessibilidade como garantia ao pleno exercício de direito. Por essa razão, propõe aos tribunais que instiguem comissões para planejar, elaborar e acompanhar os projetos e as metas direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência.

**Giselle Souza*
Agência CNJ de Notícias

Justiça Federal de Rondônia faz campanha para ajudar os desabrigados pela enchente do rio Madeira. Participe!!

A Seção Judiciária de Rondônia, por meio da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, e, em parceria com a Diocese de Ji-Paraná, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal de Ji-Paraná, está realizando uma campanha nacional intitulada "Rondônia pede socorro", em prol das famílias desabrigadas e carentes em todo o Estado de Rondônia, devido à cheia do rio Madeira.

RONDÔNIA PEDE SOCORRO

A cheia histórica do rio Madeira resultou em milhares de desabrigados em todo o Estado
Ajude quem perdeu seus bens e necessita de tudo, desde água, até alimentos e colchões
Participe dessa rede solidária de caridade em favor dos mais necessitados



Agência: 1824
Operação: 003
Conta: 2799-2
Diocese de Ji-Paraná



As enchentes em Rondônia já atingiram famílias de vários municípios:
Porto Velho, Rolim de Moura, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Santa Luzia e Ji-Paraná.

Postos de coleta em Rondônia:

- Justiça Federal
- Ministério Público Federal
- Polícia Federal
- Paróquias da Igreja Católica

Apoio:



Procuradoria da República em Rondônia

